



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
Via N1 Leste s/n, Pavilhão das Metas, Praça dos Três Poderes – Zona Cívica Administrativa – CEP:
70.150-908
Telefones: (061) 3411.4246 / 3411.4330 Fax: (061) 3326.8449
Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180

Comitê de Articulação e Monitoramento do
Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - PNPM
Ajuda-Memória – 30ª Reunião Ordinária

Data: 11/09/2009, das 09:00 às 13:00h.

Local: Auditório da Secretaria de Políticas Públicas Para as Mulheres – SPM/PR

Participantes:

- Ângela Nascimento – CNDM
- Cecília Soares – Fórum organismos/estados
- Célia Vieira – MDS
- Danielle Cancela Cronemberger – MPOG
- Elisabete Busanello – MDA
- Eugênia de Moraes – MAPA
- Fábiana Oliveira – SPM
- Flávia Teixeira Guerreiro – SPM
- Karla Matos – MMA
- Leonor da Costa – MTE
- Lidiane Gonçalves – MS
- Lourdes Bandeira – SPM
- Luana Pinheiro – SPM
- Lúcia Helena Rincon – CNDM
- Magaly Correia Marques – Casa Civil
- Margareth Pessoa – MCid
- Natália Fontoura – Ipea
- Rosa de Lourdes Santos – CNDM
- Roseli Moraes – CEF
- Vera Lúcia de Oliveira – MAPA
- Verônica Silva – MME

1. Informes Gerais

A 30ª Reunião teve início com a leitura da pauta de reunião pela Coordenadora do Comitê que deu abertura aos informes, comunicando a realização do Fórum Nacional de Organismos de Políticas para as Mulheres no dia 01/09 e do I Encontro Nacional de Parlamentares no dia 02/09, que abordaram, entre outras questões, a estadualização e municipalização do II PNPM. No primeiro dia, as representantes de diversos organismos de políticas para as mulheres se reuniram em grupos para discutir os desafios e as estratégias para a estadualização e municipalização do Plano, cujo trabalho foi apresentado às parlamentares no

segundo dia do evento. Além disso, a Ministra Nilcéa Freire lançou um concurso para apoiar financeiramente a construção de quinze planos estaduais de políticas para as mulheres. Registrou que o regulamento do concurso estava disponível no site da SPM. Dentre os requisitos estipulados no regulamento, a Coordenadora do Comitê destacou que as propostas deverão contemplar as estratégias que serão utilizadas em cada estado para inserção dos eixos transversais do PNPM (Capítulos 9 e 10) nos planos estaduais.

Em seguida, uma das representantes dos organismos destacou que o encontro do Fórum Nacional havia sido muito produtivo, mas registrou que o grupo da região Sudeste teve dificuldades para discutir a estadualização e a municipalização do PNPM, que acabou ficando focada na necessidade de fortalecimento dos organismos. A Coordenadora do Comitê ressaltou que, certamente, os desafios e estratégias para a estadualização e municipalização do PNPM são amplos e diversos, mas que o Comitê pode fazer uma discussão mais propositiva para esta questão. Um das representantes do CNDM registrou que estes encontros do Fórum Nacional são muito importantes, pois oferecem subsídios para o fortalecimento dos organismos e a institucionalização das políticas, além de evidenciar como já avançamos na ampliação dos organismos e dos conselhos.

A representante do MDA registrou que, no dia 21/08, foram inauguradas 13 unidades móveis do expresso cidadã e lançada a 2ª Edição da Revista do Programa Nacional da Documentação da Trabalhadora Rural. Uma das representantes do CNDM informou que havia sido lançada uma Campanha sobre o Parto de Anencéfalos em Goiânia, tendo sido colocado um cartaz na sede da associação de professores da Universidade Católica de Goiás. Destacou que a repercussão não tinha sido boa e que uma professora da universidade havia encaminhado uma mensagem para o CNDM criticando a campanha e alegando que ela estimulava o assassinato de bebês.

Um das representantes da SPM comunicou que as avaliações dos Programas Luz para Todos e PNQ serão realizadas com recursos de um programa interagencial das Nações Unidas e que a metodologia será apresentada ao Comitê assim que for definida. A Coordenadora do Comitê aproveitou o ensejo para registrar a presença da coordenadora do programa, que destacou que o Programa Interagencial de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia tem por finalidade apoiar a implementação e a avaliação do PNPM e do Planapir e que os seus objetivos são: i) fortalecer a estrutura de gestão da SPM e da SEPPIR; ii) consolidar a transversalidade de gênero, raça e etnia nas políticas públicas; iii) estimular o controle social das políticas de gênero, raça e etnia pelas redes, articulações e organizações feministas, de mulheres e do movimento de mulheres negras.

A representante do MS registrou que, nos dias 09 e 10/09, foi realizado um seminário sobre aborto em São Paulo, no qual foi lançada a campanha do aborto de fetos anencéfalos. A Coordenadora do Comitê informou que foi retirada uma moção no encontro do Fórum Nacional de Organismos de Políticas para as Mulheres em repúdio ao médico da clínica de fertilização e questionou a representante do MS se o ministério havia tomado alguma providência em relação a este caso. A representante do MS informou que não houve nenhuma ação neste sentido, mas lembrou que o CNDM também havia feito uma moção sobre esta questão.

Uma das representantes da SPM informou que o relatório de avaliação do I PNPM encontrava-se na gráfica para impressão e que, provalmente, estaria pronto para ser distribuído na próxima reunião do Comitê. Por último, a Coordenadora do Comitê informou que, no dia 07/11, haverá o lançamento da 1ª Revista e a posse do Conselho Consultivo do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

2. Aprovação das Memórias da 28ª e 29ª Reuniões Ordinárias do Comitê

As Memórias da 28ª e 29ª Reuniões Ordinárias do Comitê foram aprovadas sem ressalvas.

3. Preenchimento do Sistema de Acompanhamento do II PNPM (resultados 2008 e prioridades 2009)

Neste ponto de pauta, a Coordenadora do Comitê solicitou que cada órgão fizesse um relato sobre o status de preenchimento das informações no sistema do PNPM, tendo sido informado:

- MTE: a representante informou que teve problemas com algumas tabelas de apoio de alguns campos no sistema. A representante da SPM solicitou que qualquer alteração de campo no sistema, como a inclusão de itens nas tabelas de apoio, fossem encaminhada à SPM por e-mail;
- MS: o preenchimento não estava concluído, pois a discussão interna no ministério ainda estava sendo realizada. A representante ressaltou que encontrou dificuldades em relação aos campos de execução financeira e programa/ação do PPA no caso das ações não orçamentárias e que precisaria conversar com a área de planejamento para levantar os dados de execução das ações. A representante da SPM esclareceu que não precisaria preencher execução financeira e programa/ação do PPA para ações não orçamentárias;
- MDS: algumas áreas do ministério não se manifestaram e a representante terá que recomençar as discussões sobre o Plano em função de mudanças no ministério. No entanto, a representante ressaltou que o debate interno sobre a questão de gênero tem sido mais qualificado. Destacou que algumas ações que poderiam ser prioritárias em 2009, não serão em função da restrição orçamentária, pelo menos por enquanto;
- MDA: o preenchimento não estava concluído. Foi questionada a necessidade de preenchimento da execução financeira e física mês a mês. A representante da SPM esclareceu que não é obrigatório o preenchimento mês a mês, ficando a critério de cada órgão;
- MME: o processo estava atrasado, tendo em vista que as pessoas que estavam responsáveis pelo preenchimento do sistema saíram do ministério. No entanto, se comprometeu em realizar o preenchimento até o final do mês;
- MCid: o preenchimento não estava concluído, pois o ministério estava mudando de endereço;
- MMA: preenchimento realizado;
- MAPA: preenchimento praticamente concluído.

Após o relato das representantes, acordou-se o prazo de 30/09 para conclusão dos preenchimentos das informações de 2008 e 2009.

4. Criação dos Comitês de Gênero nos Ministérios

A Coordenadora do Comitê ressaltou que esta questão já vem sendo discutida há algum tempo no Comitê, tendo sido relatados diversos aspectos, dentre eles, a dificuldade de articulação interna nos órgãos vivenciadas pelas representantes para dar conta do PNPM e das demandas do Comitê.

Nesse sentido, foi proposta a realização de um Workshop com participação das representantes e dos dirigentes dos ministérios, de forma a buscar o compromisso dos órgãos com a institucionalização das políticas de gênero. O objetivo é estimular a criação do maior número possível de comitês de gênero até o final do ano que vem. Para qualificar o debate, foi proposta uma exposição dos ministérios que já possuem comitês, apresentando as suas experiências relativas aos processos de criação e funcionamento dos comitês, e também daqueles que criaram, mas o comitê não tem tido uma atuação efetiva. Uma das representantes da SPM ressaltou que será um momento importante para as representantes dos ministérios no Comitê falarem sobre as dificuldades que encontram de promover uma discussão interna para institucionalizar a questão de gênero nas políticas do órgão. Após apresentação da proposta, foram feitas as seguintes intervenções:

- A representante do MME destacou que o Comitê de Gênero do ministério já foi criado há 5 anos e que é importante apresentar a experiência dele no workshop, porque a sua atuação esteve sempre focada na necessidade de mudanças

organizacionais e na gestão de pessoas no âmbito das empresas. Ressaltou que, quando assumiu a coordenação do comitê, percebeu que as ações no âmbito do MME eram esporádicas e não havia uma institucionalidade, pois as empresas vinculadas tinham uma certa autonomia. Em 2009, o desafio era buscar uma institucionalidade maior a partir de uma articulação com os Secretários e garantir, assim, a representação de cada Secretaria do MME no Comitê. Além disso, o Comitê assumiu novos compromissos, tais como dar maior ênfase nas políticas públicas de forma a promover a transversalidade de gênero nos programas e ações do MME, como o Luz para Todos por exemplo. Por último, destacou que a diversidade na composição do Comitê (servidores, sindicalistas, etc) gera uma dificuldade de compreensão em relação ao papel do MME como articulador de políticas públicas na área e uma tendência de autonomização das empresas.

- A representante do MDS informou que já foi iniciado o processo de construção do Comitê de Gênero no ministério, mas com foco nas políticas públicas e não na gestão de pessoas. Ressaltou que o regimento interno e a portaria de instalação estão sendo desenhados com base nos documentos do Comitê do PNPM e que, em um mês, o Comitê deverá ser constituído, já com a realização de uma atividade de sensibilização em relação a gênero e raça. Registrou ainda que serão feitas enquetes na intranet e entrevistas com atores estratégicos para subsidiar o processo. Finalmente, solicitou que fosse elaborado um documento com orientações para criação dos comitês de gênero, o que já havia sido acordado em reunião anterior.
- A Coordenadora do Comitê ressaltou que, em 2008, a Ministra enviou um Aviso aos Ministérios sobre a importância dos Comitês de Gênero. Como já informado anteriormente, registrou que a SPM está à disposição para discutir a questão nos ministérios e, em relação ao documento, solicitou que o Comitê definisse se ele deveria ser encaminhado antes do workshop ou construído a partir das discussões no workshop.
- Uma das representantes do CNDM registrou a sua preocupação em relação à participação dos dirigentes no workshop, uma vez que não temos como garantir a presença de todos. Nesse sentido, questionou se não seria mais efetivo fazer uma discussão em cada órgão ou então o Comitê teria que pensar em estratégias para estimular a participação dos dirigentes. A Coordenadora do Comitê informou que solicitará à Ministra o envio de convite aos dirigentes. Além disso, propôs que fosse informado que a SPM mencionará no próximo relatório do PNPM os ministérios que criaram os comitês de gênero, como forma de estimular a criação dos comitês. Uma das representantes da SPM ressaltou que a realização do workshop não impede a realização de oficinas específicas com cada ministério, inclusive porque cada órgão tem sua dinâmica de funcionamento, e que a SPM pode elaborar uma proposta de documento com orientações para ser enviado aos Ministros e Secretários-Executivos.
- A representante da CEF destacou em âmbito nacional, há resistência por parte de alguns gestores na implantação da política de equidade de gênero, mas que as ações internas e os seminários realizados no âmbito do Programa Pró-Equidade de Gênero tem sido muito importante para sensibilização de todos e todas, empregados, gestores e dirigentes. Uma das representantes do CNDM complementou destacando que o Pró-Equidade tem ações transbordantes, cujos impactos vão além das mudanças na gestão interna das instituições.
- A representante do MTE informou que a Comissão de Gênero do ministério está um pouco parada em função de alterações no quadro funcional do órgão.
- A representante do Ipea propôs que o foco de atuação dos Comitês de Gênero (cultura organizacional e gestão de pessoas ou políticas públicas) fosse debatido no workshop. Outra proposta que poderia também ser discutida no workshop é estimular a criação de comitês de gênero com foco nas políticas públicas e a adesão dos ministérios ao Pró-Equidade. A Coordenadora do Comitê, ao concordar com o

Ipea, ressaltou que o compromisso da SPM e do Comitê do PNPM é apresentar uma estrutura mínima de Comitê de Gênero com foco nas políticas públicas, embora a dinâmica interna de cada órgão tenha que ser respeitada.

- Uma das representantes do CNDM informou que as conselheiras poderão participar do workshop e das oficinas específicas, se convidadas. Outra representante do CNDM propôs ainda que o Comitê fizesse as reuniões ordinárias nos ministérios e não só na SPM.
- A representante do MS relatou que considera esta discussão sobre o foco de atuação dos comitês de gênero muito importante, pois há uma dificuldade de articulação interna no Ministério da Saúde em relação às ações de saúde da mulher, o que vem sendo verificado no caso do Plano de Enfrentamento da Feminização da Aids, e muitas das ações do ministério no II PNPM não são de responsabilidade da área técnica de saúde da mulher. Em relação à proposta de oficinas específicas com os ministérios, sugeriu que a SPM fosse propositiva e escolhesse os órgãos mais estratégicos a partir dos eixos do II PNPM.
- A representante do MAPA ressaltou que a proposta de workshop com assinatura de termo de compromisso pelos dirigentes é muito importante. Informou que quando da criação do Programa COOPERGÊNERO, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa, o instituiu através de Portaria Ministerial, a partir de uma discussão interna sobre a importância de se tratar políticas para as mulheres no âmbito do ministério.

Após as intervenções, acordou-se a data de 10/11 para realização do workshop.

5. Estadualização e Municipalização do II PNPM.

A Coordenadora do Comitê apresentou os principais pontos do concurso lançado pela SPM para apoiar a construção de planos estaduais, conforme se segue:

- Critérios para seleção dos quinze melhores projetos:
 - ✓ Adesão do estado ao Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres;
 - ✓ Existência de Comitê Gestor Estadual do Pacto Nacional;
 - ✓ Clareza, objetividade e consistência do Projeto;
 - ✓ Adequação às orientações estabelecidas neste documento.
- Os projetos deverão trazer:
 - ✓ Metodologia de construção do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres;
 - ✓ Composição, formato e forma de funcionamento do Comitê Estadual de Articulação e Monitoramento do Plano;
 - ✓ Metodologia de monitoramento e avaliação das ações do Plano Estadual;
 - ✓ Estratégias para inserção dos eixos transversais (capítulos 9 e 10 do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres) no Plano Estadual;
 - ✓ Contemplar, no mínimo, quatro eixos do II PNPM;
 - ✓ Forma de participação da sociedade civil em todo o processo;
 - ✓ Forma de participação dos governos municipais;
 - ✓ Previsão de data de instalação do Comitê e de lançamento do Plano;
 - ✓ Metodologia de definição do orçamento do Plano;
 - ✓ Ações que abarquem um prazo mínimo de execução de 2 anos (coincidente com o PPA 2008-2011).

Uma das representantes dos organismos destacou que é importante considerar os resultados das conferências municipais, definir o papel dos governos estaduais no processo de construção dos planos estaduais e a forma de participação dos municípios. Uma das representantes da SPM esclareceu que os planos estaduais devem ser implementados pelos

governos estaduais, mas devem ser mencionadas as ações que serão executadas em parceria com os municípios.

Em seguida, explicou que permanecia a proposta das reuniões do Comitê Itinerante nos encontros regionais do Fórum Nacional de Organismos de Políticas para as Mulheres, embora a SPM tenha lançado o concurso para apoiar a construção de planos estaduais. Informou que a região sul já havia agendado para final de setembro, mas havia sido suspenso. Assim que as reuniões fossem marcadas, a SPM repassaria as datas para o Comitê definir os/as participantes e o conteúdo das discussões.

6. Próxima reunião

Conforme acordado, a próxima reunião ordinária será realizada no dia 29/10, tendo em vista que as reuniões do segundo semestre serão bimestrais.